



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO (SGADM)
DEPARTAMENTO DE APOIO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS ADMINISTRATIVOS (DEACO)
DIVISÃO DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO (DICOL)
SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS ADMINISTRATIVOS
PERMANENTES (SEAPE)

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (COMAI)

ATA DE REUNIÃO
Nº 03/2024

Data: 03.12.2024

Horário: 13h30

Local: Sala nº 01 de reuniões da SGADM

Presentes na reunião, realizada de forma híbrida, os seguintes membros e convidados:

Desembargadora Regina Lucia Passos, Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (COMAI);

Juíza Cláudia Márcia Gonçalves Vidal;

Juiz Rafael Rodrigues Carneiro;

Sr. Antônio Francisco Ligiero, Secretário-Geral da Secretaria-Geral de Sustentabilidade (SGSUS);

Sr. Carlos Mauro Brasil Cherubini, representante da Comissão de Governança, Estratégia e Planejamento (COGEP);

Sra. Sabrina Barcellos Marques, representante da Secretaria-Geral de Sustentabilidade;

Sra. Ana Paula Rodrigues Ruas, representante da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC);

Sr. Márcio Castro de Aguiar, representante da Secretaria-Geral de Gestão de Pessoas (SGPES);

Sra. Rita de Cássia Franco Ferreira, representante da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ);

Sr. Luiz Felipe Fleury Correa, representante da Secretaria-Geral de Sustentabilidade;

Sra. Jane Gonçalves Amaral, representante da Secretaria-Geral de Pessoas;

Sr. Pablo Vialle, representante da Secretaria-Geral de Logística;

Sra. Carla Maria Alcofra Tocantis, representante do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC);

Sra. Ana Lúcia Rodrigues de Almeida, representante das mães atípicas, servidoras do Tribunal;

Sra. Leandra de Oliveira Peres, representante das mães atípicas, servidoras do Tribunal;

Sra. Lilian Sznadjer, Médica Perita do Departamento de Saúde do TJRJ.

A **Desembargadora Regina Lucia Passos**, Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (COMAI), dá início aos trabalhos às 13h10 e agradece a presença de todos.

Inicialmente, a **Presidente da COMAI** destaca a importância da data escolhida para esta reunião, Dia Internacional da Luta das Pessoas com Deficiência. Em seguida, faz breve explanação sobre a atuação desta Comissão no biênio 2023/2024.

Logo após, tece comentários sobre o êxito da última Ação Social realizada no mês de setembro em homenagem ao Dia da Luta Nacional da Pessoa com Deficiência. Comenta que, em conversa com o Presidente do TJRJ, **Desembargador Ricardo Rodrigues**

Cardoso, ressaltou-se a importância deste evento e como seria oportuno incluí-lo no Calendário Oficial do Tribunal de Justiça.

Em seguida, após breve debate, os **membros** deliberam pelo envio à Administração Superior de sugestão para que a Ação Social realizada na Semana Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência seja incluída no Calendário Oficial do TJRJ.

A Comissão decide que deverá ser instaurado processo SEI, com a presente ata e memorando, para encaminhamento à Administração Superior. (Deliberações 1 e 2)

1- Atendimento de PCD's pelo Plano de Saúde da Amil (TJRJ) – participação de mães atípicas do TJ:

A palavra é concedida à **Sra. Leandra Peres**, servidora lotada no Juizado Especial Criminal de Nova Iguaçu e representante do grupo de mães atípicas, que discorre sobre a necessidade de equilibrar suas responsabilidades profissionais com as necessidades de seu filho. Em seguida, pontua sobre a importância do vínculo terapêutico e do tratamento individualizado. Por fim, relata as dificuldades atuais de vários servidores do grupo de mães atípicas, em relação ao Plano de Saúde Amil, que deixou de oferecer alguns tratamentos indispensáveis para o desenvolvimento de seus filhos.

Em complemento, **Sra. Ana Lúcia**, servidora lotada na 4ª Vara de Família de Nova Iguaçu e representante do grupo de mães atípicas, ressalta que muitos servidores ainda desconhecem certos direitos. Cita, como exemplo, a informação de que o auxílio educação pode ser utilizado para os tratamentos que estejam envolvidos no aprendizado da criança.

Após debates sobre o tema, a Comissão solicita que a Sra. Leandra Peres consolide uma listagem única, contendo os dados necessários dos servidores pais atípicos (nome, telefone, e-mail, nº de processo e endereço) que estejam enfrentando problemas com o Plano de Saúde Amil e encaminhe ao e-mail do SEAPE (Serviço de Apoio Técnico de Assessoramento aos Órgãos Colegiados Permanentes). (Deliberação 3).

Nesse momento, **Sra. Carla Tocantis**, representante do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), informa que o núcleo está à disposição para receber essa listagem de servidores e a **Desa. Regina Passos** acrescenta que a representante da Secretaria-Geral de Pessoas, **Sra. Jane Amaral** também está presente na reunião e ciente da situação.

Em continuidade, o Colegiado delibera que o SEAPE encaminhe essa listagem, através de e-mail, ao NUPEMEC e à SGPES que irão analisar os dados e providenciar a mediação entre as partes. (Deliberação 4)

2- Encontro Nacional do Comitê dos Direitos de Pessoas com Deficiência no Âmbito Judicial:

A **Presidente da COMAI** comenta sobre o **Encontro Nacional do Comitê dos Direitos de Pessoas com Deficiência no Âmbito Judicial** realizado em Brasília, entre os dias 18 e 20 de setembro de 2024, no qual esteve presente com outros membros da COMAI.

Segue informando que, nesse encontro, foram apresentadas, com base na Resolução CNJ nº 401/2021, as seguintes proposições: 1) Qualquer comissão ou unidade precisa ter vínculo direto com a Presidência para garantia da sua autonomia. 2) Que o Poder Judiciário se engaje e participe mais das causas sociais a sua volta, a exemplo das Ações Sociais

desenvolvidas pelo TJRJ e parceiros. 3) Criação de uma vara específica para as ações coletivas em relação à pessoa com deficiência. 4) Elaboração de protocolo de julgamento no âmbito judicial e administrativo que atenda as especificidades da pessoa com deficiência.

A **Comissão** delibera que seja minutado um memorando encaminhando propostas aprovadas pela COMAI, baseadas nas acima mencionadas e que consideram importantes para a realidade do TJ, à Administração Superior. (Deliberação 5)

Em seguida, a **Comissão** delibera pela instauração de um processo SEI, contendo a juntada da respectiva ata, o memorando, as propostas e a "Carta de Brasília" e encaminhar à Administração Superior. (Deliberação 6)

Em continuidade, a **Desa. Regina Passos** faz sucinta explanação sobre a necessidade de redefinir e reformular a estrutura administrativa atual da COMAI. Afirma que a intenção é que esta Comissão tenha autonomia e independência para tratar do tema e propõe a criação do Departamento de Políticas Institucionais de Promoção da Acessibilidade, no âmbito da Presidência. Explica que a sugestão é que esse Departamento seja composto por duas Divisões: uma destinada aos servidores e a outra aos magistrados.

Após debates, os **membros** decidem que a sugestão de proposta da criação do Departamento de Políticas Institucionais de Promoção da Acessibilidade deve ser encaminhada à Administração Superior. (Deliberação 7)

A respeito do evento, a **Desa. Regina Passos** solicita que seja encaminhado, por e-mail, ao Conselheiro do CNJ, **Dr. Pablo Coutinho** os documentos contidos no processo SEI nº2024-06072926, referentes ao protocolo desenvolvido para a Ação Social, realizada no TJRJ. (Deliberação 8)

A Chefe do Serviço de Projetos, Programas Especiais e Acessibilidade, **Sra. Sabrina Barcellos** fica responsável por encaminhar ao SEAPE, por e-mail, o protocolo constante no processo nº 2024-06072926 para que possa ser encaminhado pela COMAI ao Conselheiro do CNJ, **Dr. Pablo Coutinho**. (Deliberação 9)

3 - Retrospectiva sobre a atuação da Comissão nesta gestão, com a devida reflexão sobre os atos praticados, bem como eventuais projetos para o porvir:

O Secretário-Geral de Sustentabilidade, Sr. **Antônio Ligiero** faz um breve panorama desses dois anos de biênio e destaca que, apesar de conseguirem antecipar o cronograma das obras do Fórum da Comarca de Santa Cruz, não foi possível concluí-la nessa gestão. Em seguida, tece palavras de agradecimento à **Desa. Regina Passos** e ao Presidente do TJRJ, o **Des. Ricardo Cardoso**.

Sr. **Márcio de Castro** faz um breve resumo das ações realizadas pela Comissão nesses dois anos. Cita as ações sociais, os cursos de capacitação realizados para as recepcionistas sobre acessibilidade e inclusão, e as palestras ministradas na EMERJ. Ressalta que a pauta de acessibilidade deve ser central, de caráter transversal e intersetorial, em consonância com a "Carta de Brasília", elaborada pelos participantes do Encontro Nacional do Comitê dos Direitos de Pessoas com Deficiência no Âmbito Judicial. Por fim, agradece a oportunidade de participar desta Comissão.

Sra. **Ana Paula Ruas** menciona os avanços realizados pela COMAI, nesse biênio, agradece à **Desa. Regina Passos**. Comenta que seguirá na SGTEC testando os sistemas e sites, mas também falando sobre acessibilidade, inclusão e capacitismo com os colegas.

Sra. **Rita de Cássia** comenta que trabalha no TJRJ desde 1998 e destaca a evolução do Tribunal em relação a pessoa com deficiência, ao longo dos anos. Em seguida, faz agradecimentos à Des. **Regina Passos** pelo empenho em realizar esse trabalho e elogia a todos da Comissão.

4- Assuntos Gerais:

Desa. Regina Passos expõe aos membros da Comissão uma demanda que chegou a seu conhecimento através do **Dr. Geraldo Nogueira** a respeito da falta de acessibilidade atitudinal em um Juizado. O advogado da parte comunicou que sua cliente se sentiu prejudicada pela ausência de intérprete de Libras na audiência e seu processo foi extinto sem resolução de mérito. Os membros discutem sobre o tema, refletem sobre a importância de cumprimento do protocolo e sobre a qualidade da interpretação.

Nada mais a ser tratado, a **Desembargadora Regina Lúcia Passos**, Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (COMAI), agradece a presença de todos e encerra a reunião às 16h40.


DESEMBARGADORA REGINA LÚCIA PASSOS

Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (COMAI)

	Deliberação	Responsável	Prazo
01	Minutar um memorando à Administração Superior solicitando que a Ação Social realizada na Semana Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência seja incluída no Calendário Oficial do TJRJ.	SEAPE	Após aprovação, imediato.
02	Instaurar um processo SEI, com a respectiva ata e memorando para encaminhar à Administração Superior.	SEAPE	Após aprovação, imediato.
03	Consolidar uma listagem única, contendo os dados necessários dos servidores pais atípicos (nome, telefone, e-mail, nº de processo e endereço) que estejam enfrentando problemas com o Plano de Saúde Amil e encaminhe ao e-mail do SEAPE.	Sra. Leandra Peres	Imediato
04	Encaminhar listagem, através de e-mail, ao NUPEMEC e a SGPES.	SEAPE	Imediato
05	Minutar memorando apresentando as propostas da COMAI à Administração Superior.	SEAPE	Após aprovação, imediato.
06	Instaurar processo SEI, contendo a juntada da respectiva ata, o memorando, as propostas e a "Carta de Brasília" e encaminhar à Administração Superior.	SEAPE	Após aprovação, imediato.
07	Encaminhar à Administração Superior a sugestão de proposta da criação do Departamento de Políticas Institucionais de Promoção da Acessibilidade.	SEAPE	Após aprovação, imediato.

08	Encaminhar ao Conselheiro do CNJ, Dr. Pablo Coutinho , por e-mail, os documentos contidos no processo SEI nº2024-06072926, referentes ao protocolo desenvolvido para a Ação Social realizada no TJRJ.	SEAPE	Após aprovação, imediato.
09	Encaminhar ao SEAPE, por e-mail, o protocolo constante no processo nº 2024-06072926 para que possa ser encaminhado pela COMAI ao Conselheiro do CNJ, Dr Pablo Coutinho .	Sra. Sabrina Barcellos (SEPPE)	Imediatamente

Segue via expressa

[Handwritten mark]